

Amem

Notícias



Entidade Paramaçônica
vinculada à GLESP

Informativo Virtual da Associação de Médicos Maçons

ABIM - JV 010

Edição nº 34 - Ano V - Janeiro/23



A Volta do Programa Mais Médicos?

Editorial

Programa Mais Médicos – Reedição

Volta à tona, a notícia de que o Governo Federal atual, pretende reeditar o “Programa Mais Médicos”, efetivado no governo Dilma, onde milhares de médicos cubanos foram trazidos ao Brasil com a justificativa de suprir deficiências de profissionais em diferentes regiões.


“Para os que desconhecem o assunto, a vinda de mais de 11.000 “médicos” cubanos, custa mais de R\$11.000,00 per capita, valor que deve ser pago diretamente ao governo de Cuba, que repassa 20% ao profissional e retém o restante. Quando se falou da exigência do exame “Revalida”, que confirmaria sua capacidade técnica para exercer a Medicina em solo brasileiro, foram isentados e coube ao Ministério da Saúde fornecer a autorização para tal, procedimento espúrio e autoritário da administração da época”. (Programa Mais ou Menos Médicos – março de 2018)

“Desta forma, muitos foram destinados a locais ermos e distantes e outros nem tanto, atendendo às solicitações partidárias, mas ocuparam espaços

vagos que os profissionais não o faziam, por não se sujeitarem a trabalhar por baixos salários e sem o mínimo de condições para exercer seu ofício”. (Ibidem)

Foi a forma de transferir a responsabilidade para os profissionais médicos da falta de investimentos no setor, os baixos salários, inconstância nos pagamentos, falta de condições mínimas para se exercer a medicina, além da ingerência política local, sempre presente.

Na administração de Bolsonaro, esse “Programa” foi suspenso por Cuba quando foi exigido a submissão ao Revalida pelos profissionais, que os salários fossem pagos diretamente aos profissionais e que pudessem trazer suas famílias, se assim o desejassem.

Concluindo, a história parece querer se repetir e, pergunto, continuaremos a assistir e nos submetermos passivamente a isto? 

Alfredo Roberto Netto

Informativo Virtual da AMEM-Brasil - Associação de Médicos Maçons, de periodicidade trimestral, distribuído pela Internet, através de e-mails cadastrados e redes sociais para cerca de 28 mil leitores de todo o Brasil.

Diretor Presidente - Alfredo Roberto Netto
Editor Responsável - Jornalista Francisco Feitosa da Fonseca MTb 19038/MG

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus signatários!



Presidente - Alfredo Roberto Netto

1º Secretário - Nestor Pinho Filho

1º Tesoureiro - Paulo Roberto Muzzi

Diretor Científico e de Cerimônias - Reginaldo Gama

Diretor de Divulgação e Marketing - Roberto Luiz de Mello Diniz

Diretor Jurídico - Ademar do Nascimento Fernandes Távora Neto

Vice-Presidente: Syd de Oliveira Reis

2º Secretário - Carlos Andrés Rodriguez Pantanali

2º Tesoureiro - Ruben Marcelo Maldonado Diaz

www.amem-brasil.org.br

CNPJ - 19.490.595/0001-39

Conselho Fiscal

(Efetivos) - Samer Farhoud, Edwin Luis Penaloza Terrazas, Horizonte Sakalauskas Pretel.

(Suplentes) - Ivo Sbarufatti Filho e Sívio Carlos Ferreira.

Conselho Deliberativo

(Efetivos) - Wagner Fonseca Moreira da Silva, Alysson Henrique da Silva Figueiredo e José Antônio de Figueiredo.

(Suplentes) - Mario Monteiro de Messas e Marco Antônio Martins Marsiglia.



Mais Médicos



Menos Saúde

Renato Assis

O governo federal confirmou, na semana passada, o retorno do controverso programa Mais Médicos, criado em 2013 na gestão do, então, presidente, e que trouxe ao nosso país mais de 8 mil médicos cubanos. A justificativa para criação do programa foi a falta de médicos, em certas regiões do Brasil. A classe médica, que se mostrou contrária ao programa desde a criação até o seu fim em 2019, já se manifesta no mesmo sentido desde o anúncio da medida.

Embora tenhamos cerca de 500 mil médicos no Brasil, de fato, há pouca oferta de profissionais em certas regiões. Contudo, o problema vai muito além da falta de médicos: faltam hospitais, medicamentos, leitos, insumos, e uma longa lista de outros requisitos indispensáveis. Sobretudo nas regiões mais isoladas, mas não só nelas, pois a escassez estrutural atinge até capitais. E esta é, exatamente, uma das causas da pouca oferta de profissionais em alguns lugares: não faltam só médicos, falta tudo! E a escassez de médicos é a mais fácil de ser sanada, pois somos o país que mais forma médicos no mundo, à frente de países como Índia e China, que possuem 1,5 bilhão de pessoas cada. Caso houvesse investimento em estrutura, possivelmente, haveriam condições minimamente dignas e seguras nas localidades em questão, e não faltariam médicos.

Apesar disso tudo, o Mais Médicos foi instituído em 2013 como solução para o problema, à revelia da

opinião de toda a classe médica e dos especialistas da área. A partir de então, recebemos mais de 8 mil médicos cubanos sem a devida revalidação de seus diplomas (condição imposta até aos brasileiros formados no exterior). E de maneira inexplicável, também, foi dispensado o registro nos Conselhos Regionais de Medicina. Algo inédito no mundo, uma mancha na nossa história. Em países como os EUA (onde, também, faltam médicos), além da revalidação, são exigidas uma nova residência e a realização de todas as provas e exames para que se possa atuar como especialista. Mas, no Brasil, nem mesmo o registro no Conselho foi exigido, sem qualquer justificativa, o que colocou em dúvida até se os cubanos teriam mesmo a formação médica completa.

Pessoalmente, tive uma experiência que reforçou tal percepção. Durante a vigência do programa, meu filho foi atendido por um cubano, em um hospital no Vila da Serra (bairro nobre da região metropolitana de BH, e não um interior longínquo onde os médicos brasileiros se recusam a atuar). Seu problema? Um simples Berne (ou Miíase) na cabeça. O suposto médico (que pasmem, era o cirurgião geral plantonista) não falava português, não entendia meu “portunhol” e não sabia o que seria um Berne (motivo pelo qual, receoso, examinou a criança a um metro de distância). Após muita reflexão e algumas consultas ao Dr. Google, ele se limitou a recomendar a busca de um “*especialista em Bernes*”. O profissional não



<https://memoria.etc.com.br/noticias/saude/2013/07/profissionais-protestam-em-12-estados-contra-o-programa-mais-medicos>

se mostrou mais útil do que o porteiro do meu prédio, que sugeriu a utilização de um bacon, para atrair o parasita para fora do corpo do hospedeiro.

Mas, infelizmente, essa não foi a pior face do Mais Médicos. Os cubanos eram trazidos ao Brasil sob condições absurdas e desumanas. Cerca de 70% de sua remuneração de R\$ 11 mil era direcionada à ditadura cubana e à Organização Panamericana de Saúde – OPAS, e, somente, o restante chegava aos profissionais (cerca de R\$ 3 mil). Só em 4 anos, o programa custou 5,7 bilhões ao Brasil, sendo que deste total 3,2 bilhões foram para o regime de Fidel Castro e 1,3 para a OPAS. E o nível da Atenção Básica na saúde brasileira caiu drasticamente, segundo todos os indicadores.

O Mais Médicos foi extinto em 2019, com a aprovação do “Médicos pelo Brasil” no Congresso Nacional. O novo programa condicionou a permanência dos cubanos à revalidação de seus diplomas, e à realização da integralidade dos pagamentos aos médicos (sem repasses à ditadura cubana ou à OPAS). Foi instituído um programa de formação profissional para os participantes, e criada uma agência autônoma para gerenciar todo o programa, sem a interferência direta do governo. Os médicos passaram a ser contratados pelo regime da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, com todas as garantias trabalhistas. E todos os cubanos que decidiram permanecer no Brasil, tiveram um prazo de 2 anos para revalidar seus diplomas. Ainda, em 2018,

a ditadura cubana perdeu o interesse no programa após as eleições presidenciais, retirando-se imediatamente e levando de volta todos os médicos que conseguiu. Cerca de 2,5 mil permaneceram em nosso país, recebendo asilo do governo.

Segundo o CREMESP – Conselho Regional de Medicina de São Paulo, após a saída dos cubanos, 83% das 8.233 vagas abertas foram preenchidas por brasileiros, em menos de 30 dias. Ainda, segundo o Conselho, a maioria esmagadora dos cubanos estava alocada em municípios litorâneos e desenvolvidos. Fatos que jogam por terra a narrativa de que estariam em cidades de interior onde médicos brasileiros não aceitam a função, e indica que os cubanos foram usados para diminuir, ainda mais, o investimento na saúde, substituindo médicos brasileiros.

O extinto programa é um vergonhoso capítulo para a história do nosso país, pois, diante do desafio de oferecer condições dignas de saúde aos brasileiros, nosso governo não só perpetuou os erros dos anteriores, mas inovou de forma inimaginável. Primeiro, culpou os médicos brasileiros pelo problema, alegando que não querem trabalhar fora das capitais. E no lugar de sanar os vícios existentes, investindo em estrutura para atrair médicos às regiões de escassez, trouxe médicos cubanos em condições absurdas, financiando a ditadura de seu país de origem com o fruto de seu trabalho, agindo deliberadamente como cúmplices de tráfico humano,

e trabalho análogo à escravidão. O Brasil foi partícipe e conivente com um governo que trata seus cidadãos como gado, os arrendando a diversos países do mundo. Na época, os mais de 30 mil profissionais enviados a diversos países geravam uma receita de cerca de US\$ 11,5 bilhões anuais à ditadura cubana. Algo desumano, ocorrendo em pleno século XXI.

Ora, mas se é tão ruim, por que os médicos cubanos aceitam? – Muitos perguntam. Ora, porque é assim que funciona uma ditadura! Segundo a “*Cuban Prisoners Defenders*”, 57% dos médicos foram obrigados a participar, e 39% se disseram “*fortemente pressionados*”. Além disso, as condições de vida e de saúde em Cuba são precárias, sendo que um médico recebe em média US\$ 15,00 mensais, e os pacientes precisam levar até a própria água aos hospitais. Por isso, sair de Cuba é um ótimo caminho, independente do destino.

A “*Cuban Prisoners Defenders*” divulgou, ainda, que, pelo menos, 89% dos médicos viajam sem saber onde e como serão alocados. Mais de 41% tiveram seus passaportes confiscados pela ditadura cubana, não podendo visitar suas famílias. Pelo menos, 91% trabalharam monitorados por agentes do governo. E, mais de 50% relatou falsificar estatísticas, para alcançar as metas exigidas pela ditadura cubana, para divulgação na propaganda do programa.

Apesar de tudo isso, nosso governo recém-eleito e empossado (o mesmo que fala em uma contrarreforma trabalhista para “*voltar proteger direitos dos trabalhadores*”) deseja reabrir as portas do país, para trabalhadores em regime análogo à escravidão (classificação dada ao programa pelo tribunal de apelações dos EUA, que julgou o caso de médicos cubanos que trabalharam no Brasil entre 2013 e 2018).

Segundo o governo, o programa retornará com prioridade para médicos brasileiros (mero engodo, pois só profissionais forçados por sua ditadura aceitariam as condições propostas). Quanto ao restante das condições, como a revalidação dos diplomas, registro nos Conselhos e todos graves pontos aqui abordados, teremos que aguardar para ver o que nos espera mais adiante.

O problema central da saúde no Brasil não é a falta de médicos, como alega o governo. E a falta de médicos em algumas regiões não é culpa dos médicos, como sustentado. Na verdade, a escassez é de quase todo o necessário para que sejam fornecidas condições dignas de saúde, e não só nas localidades isoladas, mas

ISTO É



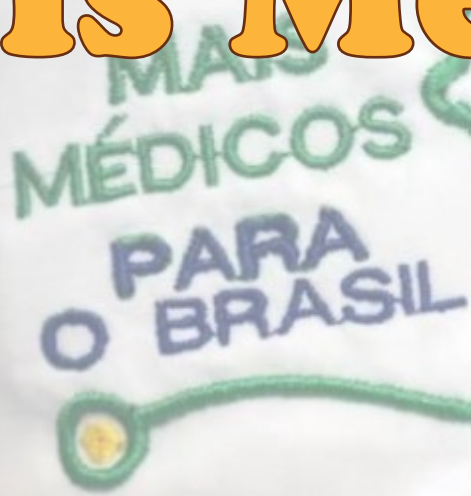
até nas capitais. Por isso, os médicos empreendem ou buscam a iniciativa privada, fugindo do serviço público.

O que causa essa escassez estrutural? Certamente, não é a falta de recursos financeiros, pois acabamos de relativizar o teto de gastos. Seguimos firmes com o controverso orçamento secreto (que só foi objeto de críticas do atual governo, até o dia em que chegou ao poder). Aumentamos o número de ministérios. Engordamos, ainda, mais os benefícios e salários dos membros do Poder Legislativo e, também, dos ministros do STF. Isso tudo, em pouco mais de uma semana! Mas, quando o assunto é saúde, a solução é voltar ao capítulo mais vergonhoso do nosso passado. A verdadeira causa do caos no nosso sistema de saúde, caro leitor, é a corrupção. E, sinceramente, não creio que o governo recém-eleito, seja a solução para a corrupção no Brasil.

Renato Assis - Advogado, professor, escritor, palestrante, debatedor, conferencista; graduado em Direito pela Universidade FUMEC-MG; Pós-graduado em Direito Processual pela PUC-MG; Pós-graduado em Direito Médico pela Universidade de Araraquara/SP; Pós-Graduando em MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas/RJ; Professor do curso de Direito Médico, Odontológico e Direito da Regulação da UCA (Universidade Corporativa da ANADEM); Especialista em Terceiro Setor e Direito Médico.

Matéria publicada no site www.jusbrasil.com.br - <https://renatoassisadvogado.jusbrasil.com.br/artigos/1735637412/mais-medicos-e-menos-saude>

Programa Mais Médicos



Alfredo Roberto Netto

Parece que o Programa Mais Médicos deverá ser reeditado como parte do Governo Federal, com apoio de estados e municípios, para a melhoria do atendimento aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde. Informam que, além de levar mais médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais, o programa acarretará, ainda, mais investimentos para construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS, além de novas vagas de graduação, e residência médica para qualificar a formação desses profissionais.

Assim se justifica o programa que deverá resolver a questão emergencial do atendimento básico ao cidadão, mas, também, criará condições para continuar a garantir um atendimento qualificado no futuro para aqueles que acessam cotidianamente o SUS. Será?

Ainda, informa que o programa provocará melhorias na qualidade e humanização do atendimento, com médicos que criarão vínculos com seus pacientes e com a comunidade. O “*Mais Médicos*” deverá se somar a um conjunto de ações e iniciativas do governo para o fortalecimento da Atenção Básica do país.

A Atenção Básica é a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde, que está presente em todos os municípios e próxima de todas as comunidades. São nessas unidades que a população, em geral, busca atendimento e solução de 80% de seus problemas de saúde.

Nesses dois anos que virão, o “*Mais Médicos*” deverá implantar e colocar em desenvolvimento três eixos pilares: a estratégia de contratação emergencial de médicos; a expansão do número de vagas para os cursos de Medicina e residência médica em várias regiões do país; e a implantação de um novo currículo com uma formação voltada para o atendimento mais humanizado, com foco na valorização da Atenção Básica, além de ações voltadas à infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde.

A pergunta que se faz é: por que essas preocupações não foram alvo desta atual administração, nos 14 anos em que esteve à frente do Governo Federal? Foi ela mesma a idealizadora desta proposta que se mostrou, na verdade, como uma forma velada de desvio de dinheiro para Cuba, e sabe-se lá mais a quem.

Agrava o fato, a vinda de milhares profissionais ao Brasil, proibidos de trazerem suas famílias, recebendo apenas 10% do valor repassado ao país de origem, obrigados a trabalharem em locais definidos sob a tutela rigorosa de “*fiscais*” seu país.

Todo ser humano nasce com os direitos de ordem fundamental iguais e, se violados, acabam se tornando, apenas, “*coisas*” ou um instrumento descartável de trabalho árduo, trabalhos forçados onde se mantêm os trabalhadores em serviço por meio de ações fraudulentas, isolamentos geográficos, ameaças,



violência física e psicológica e, ainda, se um trabalhador continua livre, mas sem a mínima condição de dignidade para exercer suas funções, tem-se, também, a definição de trabalho escravo. Lembrar que muito pouco se fez no sentido de se oferecer locais dignos de trabalho a esses profissionais e para o atendimento da população.


Vale lembrar, também, que muitos desses profissionais foram locados em regiões sem carência de médicos, mas sim em atendimento de interesses partidários. E mais, no “*Programa Mais Médicos*” inicial, autoritariamente, foi permitido que os profissionais cubanos aqui trabalhassem, sem se submeter ao Revalida, exame de avaliação de capacitação a que todo profissional médico deve se submeter, caso deseje trabalhar no Brasil, seja qual for a sua origem. Essa liberação foi oferecida pelo Ministro da Saúde da época, em detrimento do CFM e CRMs. Por essas razões preocupa-nos a repetição do fatídico Programa.

Não ouvimos falar em “*Carreira Médica*” onde o profissional terá salário inicial digno e progressivo, jornadas de trabalho definidas, além de Tempo de Serviço com uma aposentadoria digna. Se somos trabalhadores, devemos ter os mesmos direitos.

Existem outras formas de se atender a demandas regionais de carência profissional. Hoje, quando se atinge a maioria e se está cursando uma faculdade, lhe é permitido concluir seus estudos e, apenas, ao final do mesmo deverá cumprir seu período de serviço militar

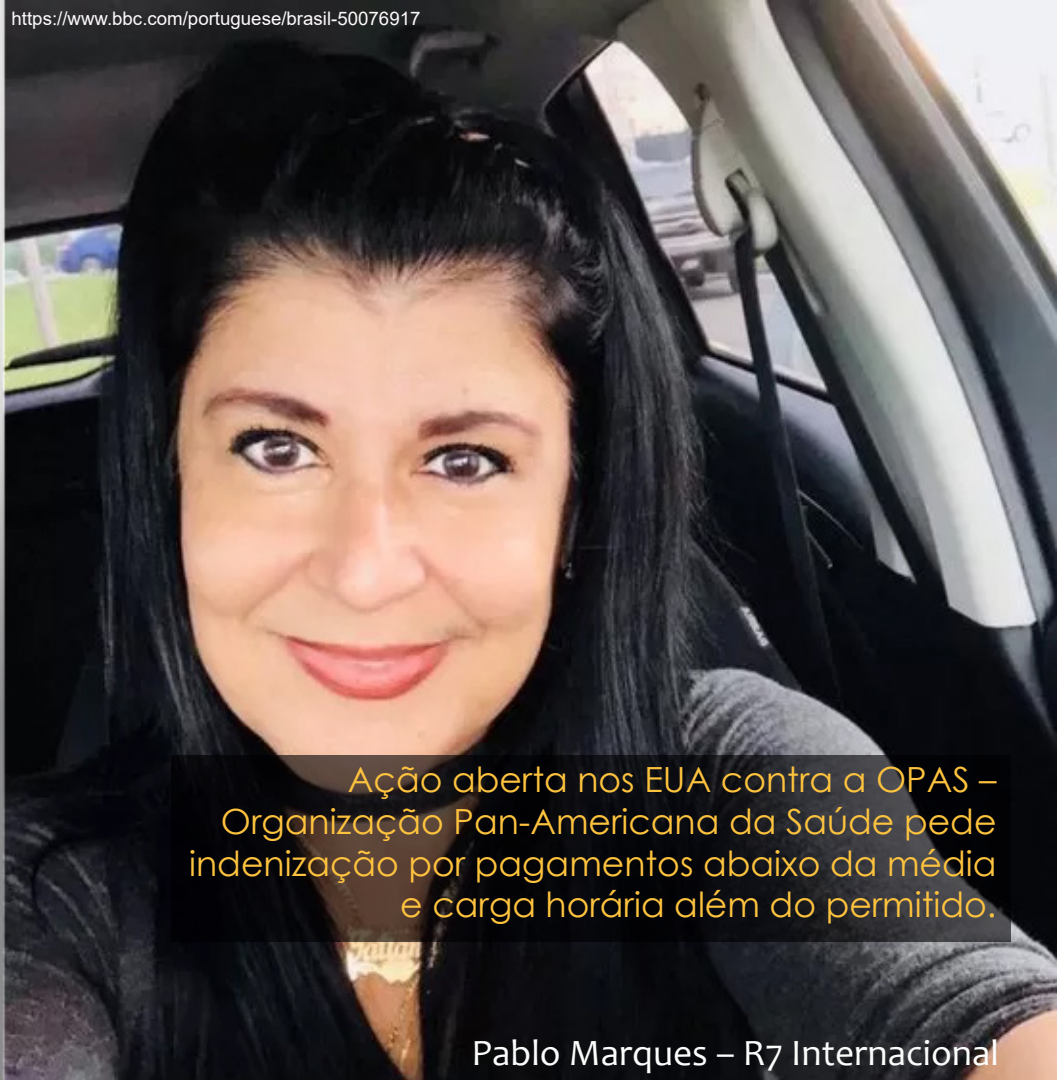
onde for determinado e pelo tempo devido. Poderíamos aproveitar este exemplo em relação aos profissionais médicos.

O Brasil é o país com o segundo maior número de escolas médicas no mundo. Por que não definir que esse grupo de formandos sejam destinados a locais pré-determinados para cumprir seu dever cívico, já como profissional remunerado, além de militar, por tempo pré-estabelecido? A cada um ou dois anos podem ser substituídos por novos formandos. Profissionais médicos militares mais velhos se incumbiriam de assessorá-los em suas limitações.

Pensem nisso... 



Entenda o Processo de Cubanos por 'Trabalho Escravo' no "Mais Médicos"



Ação aberta nos EUA contra a OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde pede indenização por pagamentos abaixo da média e carga horária além do permitido.

Pablo Marques – R7 Internacional

A médica cubana Tatiana Caraballo dedicou mais de 25 anos da carreira à sua especialidade: a ginecologia. Foram anos de plantões e atendimentos nos hospitais do país-natal, em Belize e na Venezuela. Em 2014, convocada pelo governo Castro, tomou um avião em Havana e desembarcou no Brasil para integrar o Programa Mais Médicos.

Alocada em Limeira (SP), mal falava português, mas atendia até 30 pacientes por dia e tratava de casos de hipertensão até DSTs - Doenças Sexualmente Transmissíveis, segundo reportagem da BBC de outubro de 2019. Ganhava R\$ 1.200 por mês, enquanto os colegas brasileiros embolsavam quase R\$ 12 mil. A diferença ia para o governo de Cuba, condição para os médicos virem para o Brasil.

Segundo relato da médica, além de receber 10% da remuneração dos colegas, a jornada de trabalho era de 64 horas, acima do limite de 40 horas semanais permitido por lei.

Hoje, com 51 anos, Tatiana vive nos Estados Unidos e tem um salário de US\$ 3.500 (algo em torno de R\$ 18,7 mil) obtido na função de despachar roupas e sapatos de uma gigante do varejo online para os compradores.

Com o fim dos Mais Médicos, em novembro de 2018, Tatiana encabeçou uma ação de classe movida contra a OPAS na justiça dos Estados Unidos por um grupo de médicos cubanos, que acusa as missões cubanas de saúde de "trabalho escravo".

"Esse processo é algo bem excepcional e vai depender de a justiça norte-americana avaliar a jurisprudência para uma condenação, mas acho pouco provável que seja paga uma indenização", afirma o doutor em Direito Civil pela Universidade de São Paulo e advogado do escritório Cascione Renato Moraes.

O Programa Mais Médico nasceu em 2013 e contou com a participação de cubanos via OPAS. Esses profissionais foram enviados ao Brasil para atuarem em Unidades Básicas de Saúde localizadas em regiões do país onde havia carência no atendimento primário à população.

Em 2018, o governo cubano decidiu deixar o programa brasileiro, que contou com a participação de mais de 11 mil médicos vindos da Ilha caribenha e foi alvo de críticas e denúncias sobre as condições de trabalho.

Por ser uma ação coletiva, todos os médicos cubanos que trabalharam no Brasil pelo Mais Médicos e que vivem nos EUA, também, podem receber um valor indenizatório caso a OPAS seja condenada.

Procurado pelo R7, o Conselho Federal de Medicina enviou nota em que afirma que “a gestão dos intercambistas participantes do Programa Mais Médicos está sob a responsabilidade do Ministério da Saúde”.

Por sua vez, o Ministério da Saúde informou ao R7 que o limite de horas trabalhadas, por semana, é de 40h, o que fornece munição para Tatiana e os colegas cubanos no processo. Porém, ressalta que a tarefa de recrutar e acertar salários com os médicos cubanos era da OPAS.

“A carga horária a ser cumprida por todos os participantes do projeto, sejam admitidos por meio de intercâmbio ou via chamamento público, está definida em Portaria Interministerial nº 1.369/2013 (artigo 10, inciso VI), que atribui jornada de 40 horas semanais – salvo especificidades das equipes de saúde da família ribeirinhas e fluviais. A pasta, também, esclarece que o recrutamento e pagamento competia à OPAS”, disse a pasta em nota.

Mesmo com uma eventual decisão favorável aos cubanos, Moraes explica que o Brasil não seria responsabilizado nem pela situação que esses profissionais viveram aqui nem pelas condições de trabalho, por ser uma questão relacionada, principalmente, à OPAS e ao governo cubano. No máximo, a imagem do país ficaria arranhada.

Em novembro do ano passado, a ONU – Organização das Nações Unidas, enviou uma carta para Cuba chamando a relação de trabalho dos médicos dos programas de saúde de “escravidão contemporânea”. Nesse documento, pede explicações sobre as denúncias.

O documento aponta que US\$ 11 bilhões (R\$ 59 bilhões) foram enviados para o pagamento do salário dos participantes de programas de médicos cubanos em outros países, entre 2011 e 2015, mas que, somente, 80% desse valor tiveram tal destino. A ONU, também, afirma que há relatos de medo de represálias caso o médico decidisse abandonar um programa.

“A ONU ou qualquer outro órgão internacional não tem o poder de julgar e condenar. Essa carta pode, apenas, pedir explicações ou esclarecimento ao governo de Cuba sobre a denúncia que veio à público”, explica Moraes.

Em resposta enviada em janeiro deste ano, o governo cubano disse que “a cooperação médica cubana está comprometida com os princípios de altruísmo, humanismo e solidariedade internacional em mais de 55 anos de intercâmbios”.

Cuba afirma, também, que é falsa a alegação de “escravidão contemporânea” apontada pela ONU e


que os profissionais não tiveram o direito de liberdade restringido e não foram coagidos a participar das missões em outros países.

O advogado explica que o trabalho análogo à escravidão tem algumas características. “Não é, apenas, o valor baixo do salário e a carga horária de trabalho que são levados em consideração nesses casos. É necessário que existam medidas, por parte do empregador, que tenham como objetivo restringir a liberdade do trabalhador de ir e vir”, explica o advogado.

Para o especialista, a ação contra a OPAS pode ter um outro objetivo. “O processo pode fazer parte de uma estratégia dos advogados dos médicos cubanos para forçar um acordo, algo que é muito comum na justiça dos EUA, já que uma ação de classe pode obrigar o pagamento de uma indenização muito alta para todos os médicos que estiveram na mesma situação”.

O R7 pediu um posicionamento à OPAS sobre a situação dos médicos cubanos no Brasil durante o Programa Mais Médicos, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.

O Itamaraty afirmou em nota que “a comunicação que teria sido enviada pela ONU ao governo de Cuba não foi transmitida ao MRE – Ministério das Relações Exteriores. O Ministério desconhece o conteúdo da carta, sobre o qual não poderá, portanto, manifestar-se.”

Na última sexta-feira (4), a reportagem procurou a Embaixada de Cuba por telefone, mas o expediente havia sido encerrado. O espaço está aberto para manifestação. 

Matéria publicada no site <https://noticias.r7.com/internacional> pelo jornalista Pablo Marques, no dia 06 de fevereiro de 2021.

